ISSN: 2358-8829

INTERPRETAR PARA INCLUIR: EVIDÊNCIAS EDUCACIONAIS COMO SUPORTE À TOMADA DE DECISÃO PEDAGÓGICA NA GESTÃO INCLUSIVA

Ana Paula Silva de Araújo[1]

INTRODUÇÃO

A efetivação da educação inclusiva envolve mais do que o reconhecimento normativo de direitos ou a ampliação do acesso à escola. Booth e Ainscow (2011) compreendem a inclusão como um processo de transformação das culturas, políticas e práticas educacionais, orientado à ampliação da participação e à redução das barreiras à aprendizagem. Essa perspectiva converge com a UNESCO (2020), que destaca a necessidade de enfrentar mecanismos de exclusão presentes nos sistemas educacionais. Assim, a gestão inclusiva exige identificar barreiras, compreender necessidades e construir respostas pedagógicas e institucionais contextualizadas, envolvendo professores, gestores, profissionais de apoio e demais atores responsáveis pelas decisões educacionais.

Em contextos institucionais complexos, a existência de registros, diagnósticos e informações não assegura a qualidade das decisões. Cope e Kalantzis (2015) discutem a interpretação de evidências de aprendizagem, Scalise, Wilson e Gochyyev (2021) ressaltam a relevância de atribuir significado aos resultados analíticos e a OECD (2025) situa as práticas informadas por evidências na articulação entre conhecimentos, condições concretas e julgamento profissional. Essas contribuições permitem problematizar a passagem entre informação disponível e intervenção educacional.

Este trabalho apresenta uma experiência de formação intitulada “Gestão Inclusiva e Responsabilidades Institucionais”, realizada em 7 de maio de 2026, no contexto do Seminário Regional das Escolas Legislativas do Ceará – Litoral Oeste/Vale do Curu, em Itapipoca/CE. A formação reuniu atores com diferentes vínculos com a educação e a gestão pública e propôs um percurso que conectou diagnóstico institucional, análise de evidências, priorização de problemas e planejamento de ações.

O objetivo deste trabalho é analisar como a interpretação de evidências educacionais pode fortalecer a tomada de decisão pedagógica na gestão inclusiva, a partir da experiência

[1] Mestranda em Informática Aplicada pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Especialista em Design Educacional pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR). Formadora credenciada da Escola Superior do Parlamento Cearense (UNIPACE), Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE). Fortaleza, Ceará, Brasil. ORCID: 0009-0000-1056-6153. E-mail: ana.paula.araujo@prof.ce.gov.br.

ISSN: 2358-8829

formativa conduzida pela autora. Argumenta-se que a interpretação contextualizada das informações constitui mediação entre o diagnóstico institucional e a elaboração colaborativa de intervenções, sem substituir o conhecimento profissional e a responsabilidade dos envolvidos.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, fundamentado na sistematização de uma formação em gestão inclusiva. A análise considerou a participação efetiva de 24 profissionais de diferentes áreas educacionais e institucionais, bem como os registros e instrumentos utilizados ao longo das oito horas de formação. Essa abordagem buscou compreender as relações entre as estratégias pedagógicas desenvolvidas, a interpretação de evidências educacionais e os processos de tomada de decisão na gestão inclusiva.

A sistematização considerou a triangulação de fontes previstas na proposta do estudo a partir da ementa, plano de curso, materiais didáticos, registros fotográficos e instrumentos de avaliação dos participantes, além dos instrumentos das atividades e dos registros de frequência. O percurso formativo articulou fundamentos da inclusão e responsabilidades institucionais a quatro etapas, sendo elas o diagnóstico institucional, interpretação de evidências, priorização pela Matriz GUT (gravidade, urgência e tendência) e planejamento de intervenções com o 5W2H (o quê, por quê, quem, onde, quando, como e quanto).

A leitura articulada das fontes buscou identificar convergências entre os objetivos, os conteúdos, os instrumentos e os registros da realização da formação. A análise foi organizada em três eixos, (i) responsabilidade institucional compartilhada, (ii) interpretação de evidências e priorização de necessidades e (iii) articulação entre diagnóstico e planejamento de intervenções. A triangulação contribuiu para examinar a coerência da proposta e as oportunidades de exercício da análise crítica, sem ser tomada como prova automática de ganhos individuais de aprendizagem.

Foram utilizados dados agregados de participação, sem identificação nominal. Os registros da experiência foram considerados com atenção à privacidade dos participantes e aos limites das evidências disponíveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão inclusiva pode ser compreendida a partir da articulação entre culturas, políticas e práticas institucionais. Booth e Ainscow (2011), por meio do Index for Inclusion, propõem processos participativos de reflexão e autoavaliação institucional para identificar e reduzir

ISSN: 2358-8829

barreiras à aprendizagem e à participação. A UNESCO (2020) amplia essa discussão ao evidenciar que a exclusão educacional está relacionada a fatores estruturais, sociais e institucionais. Nessa perspectiva, interpretar evidências não significa apenas reconhecer dificuldades individuais dos estudantes, mas examinar as condições que favorecem ou restringem sua participação e aprendizagem.

Na discussão sobre evidências educacionais, é necessário distinguir o registro de informações de sua interpretação situada. Cope e Kalantzis (2015) abordam a ampliação das formas de produzir e interpretar evidências de aprendizagem, enquanto Scalise, Wilson e Gochyyev (2021) problematizam a relação entre medidas, análises e inferências educacionais. Tomadas isoladamente, informações quantitativas ou descritivas não explicam integralmente os processos que pretendem representar.

A OECD (2025) destaca que práticas de ensino informadas por evidências se articulam com conhecimentos profissionais e com as condições específicas da ação educativa. Nessa perspectiva, evidências constituem recursos para formular perguntas, confrontar hipóteses e justificar escolhas e não determinam mecanicamente a intervenção mais adequada. No campo da gestão inclusiva, tal compreensão é relevante porque necessidades educacionais se relacionam a barreiras pedagógicas, organizacionais e institucionais, cuja interpretação exige interlocução entre diferentes profissionais.

Neste relato, a expressão “interpretação pedagógica de evidências” designa o processo de examinar informações e registros à luz de objetivos educacionais, condições institucionais e responsabilidades profissionais, para apoiar decisões justificáveis e contextualizadas. Trata-se de uma proposição analítica mobilizada na leitura da experiência, não de uma competência medida por instrumento validado neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro eixo evidenciou a concepção interinstitucional da gestão inclusiva. A participação de 24 pessoas de diferentes áreas e a temática da formação situaram a inclusão como responsabilidade compartilhada entre profissionais e instâncias institucionais. Essa organização aproxima-se da perspectiva de Booth e Ainscow (2011), segundo a qual a inclusão requer transformações nas culturas, políticas e práticas institucionais, e não apenas adaptações individuais em sala de aula. Ao propor a identificação de necessidades e a construção coletiva de respostas, a formação apresentou uma intencionalidade pedagógica coerente com essa compreensão. Entretanto, os registros analisados não permitem afirmar mudanças posteriores nas práticas profissionais.

ISSN: 2358-8829

O segundo eixo envolveu a interpretação de evidências e a priorização de necessidades. O diagnóstico institucional orientou a identificação de situações-problema, enquanto a Matriz GUT ofereceu critérios de gravidade, urgência e tendência para discutir prioridades. À luz de Booth e Ainscow (2011) e da UNESCO (2020), essa priorização precisa considerar não apenas a intensidade dos problemas identificados, mas também as barreiras que restringem a aprendizagem e a participação. Assim, a ferramenta apoiou a explicitação dos critérios de escolha, sem substituir a análise contextualizada, o diálogo entre profissionais e a consideração das possíveis consequências das decisões para os sujeitos envolvidos.

O terceiro eixo relacionou diagnóstico e planejamento. O 5W2H apoiou a estruturação de propostas de intervenção, definindo ações, justificativas, responsáveis, locais, prazos, procedimentos e recursos. Articulado à Matriz GUT, o instrumento organizou a passagem da identificação de necessidades à elaboração colaborativa de respostas institucionais. A documentação analisada, contudo, não comprova a implementação posterior dos planos nem seus efeitos sobre a aprendizagem e a participação dos estudantes.

A leitura integrada das fontes evidenciou coerência entre a finalidade de fortalecer a gestão inclusiva e as estratégias de diagnóstico, análise, priorização e planejamento. A experiência ofereceu condições para exercitar competências de análise crítica, planejamento e tomada de decisão fundamentada, conforme a intencionalidade expressa no resumo do estudo. Essa contribuição diz respeito às oportunidades formativas e aos processos documentados, não equivale à mensuração de ganhos individuais de aprendizagem nem à demonstração de mudança nas práticas após o curso.

Os resultados reforçam que a disponibilidade de dados não determina a ação. Cope e Kalantzis (2015) e Scalise, Wilson e Gochyyev (2021) ajudam a compreender a importância da interpretação e de inferências cuidadosas. A OECD (2025), por sua vez, destaca a articulação entre evidências, conhecimento profissional e contexto. Na experiência, GUT e 5W2H constituíram apoios à deliberação, não substitutos da análise ética e coletiva. A interpretação pedagógica das evidências apresenta-se, assim, como mediação entre informações institucionais e decisões inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do curso “Gestão Inclusiva e Responsabilidades Institucionais” mostrou a relevância de articular diagnóstico, interpretação de evidências, priorização de problemas e planejamento de intervenções em uma perspectiva de responsabilidade institucional compartilhada. A formação proporcionou oportunidades para exercitar análise crítica,

planejamento e decisões fundamentadas, utilizando a Matriz GUT e o 5W2H como instrumentos de organização do trabalho colaborativo.

Conclui-se que o potencial transformador das evidências educacionais depende de sua interpretação à luz do contexto e do conhecimento profissional dos educadores. A experiência contribui para compreender como essa mediação pode fortalecer a gestão inclusiva e orientar respostas voltadas à participação e à aprendizagem. Como limitação, a análise não comprova ganhos individuais nem a implementação posterior das intervenções; estudos futuros poderão acompanhar esses desdobramentos. A decisão pedagógica permanece contextualizada, coletiva e de responsabilidade humana.

Palavras-chave: educação inclusiva; interpretação pedagógica; evidências educacionais; formação continuada; gestão inclusiva.

REFERÊNCIAS

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index for inclusion: developing learning and participation in schools**. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. **Interpreting evidence-of-learning**: educational research in the era of big data. Open Review of Educational Research, v. 2, n. 1, p. 218–239, 2015. DOI: 10.1080/23265507.2015.1074870.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Unlocking high-quality teaching**. Paris: OECD Publishing, 2025. DOI: https://doi.org/10.1787/f5b82176-en.

SCALISE, Kathleen; WILSON, Mark; GOCHYYEV, Perman. **A taxonomy of critical dimensions at the intersection of Learning Analytics and Educational Measurement. Frontiers in Education**, v. 6, art. 656525, 2021. DOI: 10.3389/feduc.2021.656525.

UNESCO. **Global education monitoring report 2020: inclusion and education: all means all**. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373718. Acesso em: 29 set. 2026.